



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Prefácio

Dirce Zan

Como citar: ZAN, D. Prefácio. *In:* PENITENTE, L. A. A.; MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. (org.). **As (contra)reformas na educação hoje**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 7-10.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p7-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Em agosto de 2017 ocorreu a 16^a. Jornada do Núcleo de Ensino da Unesp no *campus* de Marília (SP). Esse evento já se tornou tradicional e nas suas várias edições tem colaborado para o aprofundamento e avanço do diálogo entre pesquisadores que buscam a construção de um projeto educacional comprometido com a transformação da sociedade brasileira.

O evento desse ano foi marcado pela preocupação com o processo de precarização e desmonte pelo qual o país tem passado desde o golpe de 2016. Avanços sociais e educacionais que aconteceram nos primeiros 15 anos do século XXI em nosso país têm sido alvo de ataques implacáveis que resultam em um retrocesso de décadas para a sociedade brasileira. Analisar a educação nesse contexto e refletir sobre as possibilidades de reversão do cenário político e educacional atual foi tarefa de cada um dos palestrantes que participou do evento e que, de certo modo, está refletido aqui nesta coletânea.

É possível compreender, a partir dos artigos aqui publicados, que o processo de implantação de reforma do Estado pautado na política de ajuste neoliberal, que teve início no Brasil dos anos de 1990, se aprimorou com o golpe e tem repercutido fortemente na área da educação. O apro-

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p7-10>

fundamento do recuo no investimento público do Estado em áreas como educação e a desvalorização crescente do setor e do funcionalismo públicos são a tônica do contexto atual, na análise de **César Minto**.

Estas ações recaem, especificamente, sobre as políticas de formação e valorização profissional dos professores. Partindo de dados nacionais que mostram a expansão da oferta de matrículas em instituições privadas e na modalidade de Educação a Distância nos cursos de formação de professores, é possível vislumbrar uma opção que tem sido feita pelo atual governo de aligeiramento da formação de professores e que se caracteriza cada vez mais pela expansão privatizante e pela tentativa de esvaziamento de conteúdo dos cursos de formação. Essa é uma situação que se dá no contexto do aprofundamento da fragilização da universidade como instituição que se pauta pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, **Lalo Minto** afirma que, “sem uma revisão de toda a política para o ensino superior, saídas efetivas, duradouras e transformadoras não são viáveis...” para a formação de professores em nosso país.

Portanto, faz-se necessária a discussão sobre os projetos pontuais que têm sido anunciados pelos governos estaduais e federal, como estratégia para melhoria da formação de professores, muitos deles pautados por projetos de reforma curricular. Aliás, o currículo, já faz algum tempo, tem sido recorrentemente tomado pelos reformadores da educação como o ponto nevrálgico da política educacional que se almeja implementar.

No que diz respeito à educação básica, é possível vislumbrarmos a ênfase na reforma curricular desde os primeiros documentos pós LDB de 1997. Como apontado por diferentes autores aqui, o conjunto de documentos curriculares para os diferentes níveis da educação básica apontam para uma compreensão da tentativa de construção de fortes vínculos entre currículo e exames de avaliação em larga escala. No período mais recente, é interessante observar o esforço para a redação de um documento de Base Nacional Comum Curricular que estivesse comprometido com princípios caros à educação democrática para todos. Entretanto, os vários “golpes” sofridos até a última versão disponibilizada apontam para retrocessos enormes nos diferentes níveis de ensino. Nesse caso, faço um destaque especial ao artigo de **Hilda Micarello** que muito contribui para a compreensão desse processo.

Importante destacar que, nesses vários documentos, uma característica comum está na ideia da flexibilização curricular. Entretanto, diante do cenário de ajustes neoliberais que têm orientado as diferentes políticas sociais e educacionais, **Giceli Cervi** alerta-nos para um uso da flexibilidade curricular de forma comprometida com a difusão da responsabilização individual, fragmentação e segmentação cada vez maior das propostas formativas. Um dos principais exemplos está na Reforma do Ensino Médio anunciada pelo Governo Federal neste ano de 2018.

O Ensino Médio é um dos níveis de ensino que mais tem sofrido transformações desde as várias rupturas do projeto progressista em educação; faz-se necessário conhecer o movimento de resistência travado pelos estudantes secundaristas de 2015. Inicialmente no estado de São Paulo e depois se expandindo para outros estados, como o caso do Paraná, o movimento se fortaleceu na oposição ao que se desenhava como reforma do ensino médio. A pressa em promover mudanças nesse nível de ensino levou à promulgação de Medida Provisória logo após à tomada do poder por Michel Temer. Nesses movimentos estudantis de resistência, um dos aspectos interessantes está na aproximação com as novas formas de organização dos movimentos sociais no século XXI. Em especial, a organização pautada na democracia direta e na horizontalidade da distribuição do poder.

A partir do movimento de secundaristas, abordado no artigo de **Karina Ferraro** e **Camila Pinheiro**, ganhou força o movimento de revogação da BNCC do ensino médio. Recentemente, foi divulgada pela imprensa a intenção do então ministro da educação em fazer ajustes no documento postergando sua implementação. Dentre as principais críticas está o esvaziamento de conteúdos que afasta as camadas populares do acesso aos conhecimentos metódicos que possibilitariam a formação crítica do sujeito. Para Ângelo Abrantes, autor de artigo na coletânea, o caráter conservador da reforma do ensino médio está fundamentada no imediatismo e na diferenciação da formação segundo classe social.

Para além dos riscos que o golpe tem apresentado para a formação de professores e o nível médio de ensino, autoras sinalizam aqui para os retrocessos no atendimento à primeira infância. O direito à educação infantil para toda criança brasileira conquistado desde a década de 1980 está sob forte risco: é o que nos apresenta a autora **Suely Mello**. Está sob risco,

em especial, a concepção da finalidade dessa etapa da educação básica. No artigo de **Suzana Marcolino**, são apresentados, a partir de pesquisa recentemente realizada pela autora, o espaço e tempo pouco expressivos que a brincadeira ocupa na rotina de escolas de educação infantil. Em debate com o tema da formação de professores, a autora sinaliza para a relevância desse sujeito na promoção de experiências com o brincar para crianças que cada vez menos tem tido essa oportunidade, seja pelas restrições familiares ou pela ausência de espaços e equipamentos públicos. A partir de um referencial de autores como Elkonin e Davidov, são apresentados, por **Stela Miller**, aspectos relevantes para o avanço na formação dos escolares da primeira etapa do ensino fundamental.

Os vários artigos aqui apresentados se dedicaram a compreender o golpe de 2016 e seus impactos na educação e, ao mesmo tempo, sinalizam que a superação do retrocesso nas políticas educacionais só será possível com uma luta mais ampla de toda a sociedade brasileira para a retomada da democracia e dos direitos sociais duramente conquistados.

Dirce Zan

Faculdade de Educação/Unicamp